MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS: PERSPECTIVAS PARA A EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA

MEDIATION, CONCILIATION AND SELF-COMPOSITION IN SPECIAL COURTS: PERSPECTIVES FOR EFFECTIVE ACCESS TO JUSTICE

Fabiano Machado da Silva - Mestrando em Direito na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Focus, Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio – Curitiba/PR. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas, Ponta Grossa – PR, Brasil. E-mail: 240200600006@uepg.br, ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7578-4510>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2805397470922965>

Alexandre Almeida Rocha - Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário de Maringá. Professor Adjunto na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), docente do Mestrado em Direito da UEPG na linha de pesquisa "Teorias e práticas jurídicas na proteção de direitos e promoção de políticas públicas". Coordenador do Curso de Direito da UEPG e do Projeto de Extensão NEDDII/SETI/PR. Trabalha com os seguintes temas: direitos humanos, direitos fundamentais, políticas públicas e constitucionalismo latino-americano. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas, Ponta Grossa – PR, Brasil. E-mail: professor.alexandre.rocha@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0266-2190>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0593948879921987>

A crise de efetividade do Poder Judiciário brasileiro tem incentivado a adoção de métodos alternativos de resolução de conflitos, em especial a mediação, a conciliação e outras formas de autocomposição. No âmbito dos Juizados Especiais, criados pela Lei nº 9.099/1995, tais práticas se revelam particularmente relevantes, considerando seus princípios de celeridade, simplicidade, economia processual e oralidade. Este artigo analisa a aplicação da mediação, da conciliação e da autocomposição nos Juizados Especiais, com base em pesquisa bibliográfica e documental, visando compreender seu papel na promoção do acesso à justiça e da pacificação social. A partir da análise de doutrina, legislação e relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conclui-se que a autocomposição constitui mecanismo imprescindível para reduzir a sobrecarga processual e fomentar soluções mais adequadas aos interesses das partes. Entretanto, ainda há desafios relacionados à formação de mediadores, à cultura adversarial arraigada e ao risco de acordos desiguais em situações de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Mediação. Conciliação. Autocomposição. Juizados Especiais. Acesso à Justiça.

The Brazilian Judiciary's effectiveness crisis has encouraged the adoption of alternative dispute resolution methods, especially mediation, conciliation, and other forms of self-composition. Within the Special Courts, created by Law No. 9,099/1995, such practices are particularly relevant, given their principles of speed, simplicity, procedural economy, and orality. This article analyzes the application of mediation, conciliation, and self-composition in Special Courts, based on bibliographic and documentary research, aiming to understand their role in promoting access to justice and social pacification. Based on an analysis of doctrine, legislation, and reports from the National Council of Justice (CNJ), it is concluded that self-composition is an essential mechanism for reducing procedural overload and fostering solutions more suited to the interests of the parties. However, challenges remain related to mediator training, the entrenched

GRALHA AZUL – periódico científico da EJUD-PR *adversarial culture, and the risk of unequal agreements in vulnerable situations.*

KEYWORDS: *Mediation. Conciliation. Self-composition. Small Claims Courts. Access to Justice.*

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 consagrou o direito fundamental de acesso à justiça, previsto no art. 5º, XXXV, segundo o qual “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Entretanto, a realidade do sistema judicial brasileiro evidencia problemas crônicos de morosidade, excesso de litigiosidade e alto custo processual.

O princípio de acesso à Justiça expresso na Carta Magna, além do acesso formal aos órgãos judiciários, garante um acesso qualificado à Justiça, um acesso dos indivíduos à ordem jurídica justa. Nesse cenário, ganha relevância a busca por métodos alternativos de resolução de conflitos (MARC), como a mediação, a conciliação e a autocomposição.

A Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, reforçando a necessidade de um sistema plural de acesso à justiça. Nela atualizou-se o conceito de acesso à Justiça, estabeleceu-se o direito de todos os jurisdicionados à solução dos conflitos de interesses pelos meios adequados e a obrigatoriedade de oferecimento de orientação e informação, com preocupação pela boa qualidade nos serviços de resolução de conflitos e, por fim, a disseminação da cultura de paz.

Os Juizados Especiais, instituídos pela Lei nº 9.099/1995, apresentam terreno fértil para o desenvolvimento da cultura da paz e da conciliação, por seus princípios de simplicidade, celeridade e informalidade. A audiência de conciliação, por exemplo, é etapa obrigatória nos processos de competência dos Juizados.

Diante disso, este artigo busca responder ao seguinte problema: em que medida a mediação, a conciliação e a autocomposição contribuem para a efetividade do acesso à justiça no âmbito dos Juizados Especiais? A hipótese que orienta esta pesquisa é a de que tais mecanismos, quando aplicados de maneira estruturada e com respeito às garantias fundamentais, podem reduzir a sobrecarga judicial, promover soluções mais adequadas e fortalecer a pacificação social.

1 MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

A autocomposição consiste na resolução do conflito pelas próprias partes, com ou sem auxílio de terceiro facilitador. Diferencia-se da heterocomposição, em que um terceiro (juiz ou árbitro) impõe a solução. Segundo Watanabe (2013), a autocomposição é expressão de cidadania, pois reconhece a capacidade das partes de construir consensualmente a saída para seus conflitos.

A característica mais marcante de todos os métodos alternativos de resolução de conflitos é o emprego da negociação como instrumento primeiro e natural para sua solução, ao qual muitas vezes recorrem seus agentes, mesmo de modo inconsciente, quanto existe algo incômodo na inter-relação existente, seja ela de ordem afetiva, profissional ou comercial. Ao recorrer ao diálogo o que se tenta é atender ao reclamo de uma parte em relação à outra. Nesses casos, não existe – o terceiro – imparcial e independente, pois a busca da solução se faz apenas por aqueles envolvidos na controvérsia, que recorrem ao diálogo e à troca de informações e impressões. Assim, poderíamos dizer, que a negociação é a primeira instância da tentativa de resolução de conflitos, um meio básico de se conseguir o que se quer de outrem (Lopez, 2010, p.4).

Cappelletti e Garth (1988), em sua clássica obra *Acesso à Justiça*, já destacavam que a democratização da justiça exigia novos mecanismos que superassem o

modelo tradicional de jurisdição estatal. Já o Código de Processo Civil de 2015 diferencia mediação e conciliação (art. 165, §2º e §3º)⁴⁸⁴⁹: na conciliação, o terceiro pode sugerir soluções; na mediação, busca-se restaurar o diálogo, cabendo às partes a construção do acordo.

A mediação difere da conciliação em diversos aspectos. Nela o que está em jogo são meses, anos ou mesmo décadas de relacionamento, razão pela qual requer que o terceiro tenha conhecimento mais profundo sobre a inter-relação entre as partes. O mediador, para poder melhor auxiliá-las nas questões controversas, deve ter mais tempo para investigar toda a complexidade daquela inter-relação. É bom lembrar que a mediação, entretanto, não visa pura e simplesmente ao acordo, mas a atingir a satisfação dos interesses e das necessidades dos envolvidos no conflito. Em

outras palavras, a mediação é um método de resolução de conflitos em que um terceiro independente e imparcial coordena reuniões conjuntas ou separadas com as partes envolvidas em conflito. E um de seus objetivos é estimular o diálogo cooperativo entre elas para que alcancem a solução das controvérsias em que estão envolvidas (Lopez, 2010, p.4).

A Lei nº 13.140/2015 consolidou a mediação no Brasil, enquanto a Resolução nº 125/2010 do CNJ estabeleceu diretrizes para a conciliação.

A conciliação é um procedimento mais célere e, na maioria dos casos, restringe-se a uma reunião entre as partes e o conciliador. Trata-se de mecanismo muito eficaz para conflitos em que inexistente entre as partes relacionamento significativo no passado ou contínuo a

⁴⁸ § 2º O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

⁴⁹ § 3º O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a

compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

futuro, portanto preferem buscar um acordo de forma imediata para pôr fim à controvérsia ou ao processo judicial. Está mais fortemente ligada ao Judiciário, pois, na maioria dos países latinos, a conciliação tem previsões legais contidas nas leis processuais. A conciliação é tratada como método de resolução de conflitos e não uma simples audiência, para reduzir a pauta dos juízes (Lopez, 2010, p.5).

Apesar dos avanços normativos, a cultura brasileira ainda é fortemente adversarial, com valorização do litígio em detrimento da negociação. Segundo o relatório Justiça em Números 2025⁵⁰, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, atualmente o Brasil possui mais de 70 milhões de processos em tramitação, o que corresponde a uma taxa de litigiosidade de aproximadamente 1 processo a cada 2 habitantes. Esse cenário revela a necessidade de fortalecer práticas conciliatórias como forma de reduzir a sobrecarga do sistema.

3 AUTOCOMPOSIÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA

O acesso à justiça não se limita à possibilidade de ingressar com uma ação judicial. Para Cappelletti e Garth (1988), trata-se de garantir respostas efetivas e adequadas às necessidades dos cidadãos. Nessa linha, os Juizados Especiais representam importante inovação, mas sua eficácia depende da efetividade das práticas autocompositivas.

A mediação foi consolidada no Brasil pela Lei nº 13.140/2015⁵¹ e incorporada de forma expressa no CPC de 2015. Sua aplicação nos Juizados, entretanto, ainda é restrita, em grande parte pela carência de profissionais qualificados e pelo excesso de processos.

Pesquisas demonstram que, quando corretamente conduzida, a mediação nos Juizados contribui para a redução da reincidência do conflito, pois as partes não apenas resolvem o processo, mas também compreendem melhor seus interesses e constroem soluções duradouras.

Um exemplo prático são os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e

⁵⁰ Relatório atualizado em tempo real no site do CNJ: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/>.

⁵¹ **Lei nº 13.410 de 26 de junho de 2015.** Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública;

altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Cidadania (CEJUSCs). No Paraná existem atualmente 176 CEJUSCs⁵², distribuídos em 163 comarcas, além de um CEJUSC de 2.º Grau.

No entanto, críticas ainda são levantadas: formação insuficiente de mediadores e conciliadores, pressão pelo acordo, desigualdade de forças - especialmente em casos com desequilíbrio de poder entre as partes - gerando risco de acordos assimétricos, resistência cultural de advogados e partes, que preferem a sentença à negociação ainda são grandes desafios a serem enfrentados. Nesse sentido, Watanabe (2013) alerta que a conciliação não pode se transformar em mero expediente burocrático, mas deve ser compreendida como uma etapa qualificada.

4 O PAPEL DA CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS

Nos Juizados Especiais, a conciliação ocupa posição central. O art. 2º da Lei nº 9.099/1995⁵³ estabelece que a conciliação será sempre buscada, refletindo a finalidade do legislador de transformar esses órgãos em espaços de pacificação social. Segundo Adolfo Gelsi Bidart:

[...] a conciliação é um instituto adequado para alcançar a justiça, por parte daqueles mesmos incluídos no conflito, que por isso sabem melhor a que aspiram e que pode satisfazer suas necessidades, na realidade concreta que vivem e no momento e na oportunidade em que se coloca em conflito (Bidart, 1988 apud Tavares, 2002, p. 127).

Criados pela Lei nº 9.099/1995, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais possuem como princípios: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Nos Juizados Especiais, a conciliação ocupa posição central. O art. 2º da lei prevê expressamente a busca pela conciliação, estabelecendo que a conciliação será sempre buscada, refletindo a finalidade do legislador de transformar esses órgãos em espaços de pacificação social. Guilherme Silva Barbosa Fregapani assevera que:

⁵² Fonte: TJPR - <https://www.tjpr.jus.br/documents/d/2vice/cartilha-orientativa-cejusc-s-pdf>

⁵³ Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

[...] como consequência lógica de uma evolução social, aflora com os Juizados Especiais uma nova mentalidade, mentalidade essa que tem como meta primeira a simplificação do processo, ensejando como resultado a celeridade da marcha das ações, a ausência de custo e, principalmente, uma solução rápida e justa dos conflitos que envolvam direitos de menor complexidade (Fregapani, 1997, p.105).

O artigo 21 da Lei nº 9099/95⁵⁴ estabelece que, ao iniciar a audiência, o juiz deve informar as partes sobre as vantagens da conciliação. Essa orientação visa ajudar as partes a ponderarem os prós e contras de optarem por um acordo ou de seguirem com o processo judicial.

O principal personagem neste cenário, contudo, é o cidadão. Para ele foi montado o palco e em seu favor agem os demais personagens. Seus direitos devem ser reconhecidos, suas

demandas atendidas, em um espaço de tempo razoável (a legislação previa que os casos deveriam ser resolvidos em um prazo máximo de trinta dias), em uma situação marcada pela oralidade, pela redução dos formalismos, pela simplicidade (Sadek, 2001, p.7)

De acordo com a legislação, a conciliação pode ser conduzida pelo próprio juiz togado, por um juiz leigo ou por um conciliador designado para desempenhar tão relevante função. Uma vez alcançada a conciliação, ela será formalizada e, posteriormente, homologada pelo juiz togado, e essa homologação possui a eficácia de um título executivo judicial.

A par desta ligação estrutural, o que faz da conciliação a forma mais adequada de solucionar os conflitos nos Juizados Especiais? Primeiramente, as demandas apresentadas aos Juizados têm uma aderência perfeita à solução conciliatória, já que,

⁵⁴ Art. 21. Aberta a sessão, o Juiz togado ou leigo esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-

lhes os riscos e as consequências do litígio, especialmente quanto ao disposto no § 3º do art. 3º desta Lei.

em razão de seu baixo valor ou complexidade, reclamam por uma solução simples, rápida e sem muitos custos- sob risco de não valer a pena lutar por sua recuperação (Ferraz, 2010, p. 100).

administração da justiça e de gestão racional dos interesses públicos e privados, mas também assumindo relevante papel promocional de conscientização política (Grinover, 2008, p. 02/03).

Dessa forma, a lei prioriza o instituto da conciliação, a fim de proporcionar uma prestação jurisdicional rápida, eficiente e competente a resolver, com a devida rapidez, os conflitos de interesse que são característicos da convivência em sociedade. Grinover (2007) ressalta que a conciliação nos Juizados não é mero rito formal, mas instrumento de efetivação da função pacificadora da justiça.

Hoje, pode-se falar de uma cultura de conciliação que conheceu impulso crescente na sociedade pós-industrial, mas que tem, nos países em desenvolvimento, importantes desdobramentos, não apenas indicando, como foi salientado, a institucionalização de novas formas de participação na

O Supremo Tribunal Federal também já reconheceu a relevância da conciliação. Em 2023 o Tribunal criou o Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL)⁵⁵, destacando que os meios consensuais são compatíveis com o princípio da inafastabilidade da jurisdição, pois não suprimem o acesso ao Judiciário, mas o redimensionam, oferecendo soluções mais céleres e adequadas. Em seu primeiro ano o Núcleo alcançou resultados expressivos, e progressivamente os números de acordos foram se ampliando.

Segundo dados do CNJ (2025), a taxa média de acordos nos Juizados gira em torno de 16%, índice superior ao da Justiça comum, mas que ainda demonstra potencial de crescimento. O professor Cândido Rangel Dinamarco assevera que:

[...] não basta alargar o âmbito de pessoas e causas capazes

⁵⁵ O Ato Regulamentar nº 027, de 12 de dezembro de 2023, criou a Assessoria de Apoio à Jurisdição (AAJ), vinculada à Secretaria-Geral, com o objetivo de assessorar a Presidência e os Gabinetes de Ministros. A AAJ é composta por três órgãos: (i) o Núcleo de

Processos Estruturais e Complexos (NUPEC); (ii) o Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL); e (iii) o Núcleo de Análise de Dados e Estatística (NUADE).

de ingressar em juízo, sendo também indispensável aprimorar internamente a ordem processual, habilitando-a a oferecer resultados úteis e satisfatórios aos que se valem do processo. Um eficiente trabalho de aprimoramento deve pautar-se pelo trinômio (qualidade dos serviços jurisdicionais, à tempestividade da tutela ministrada mediante o processo e à sua efetividade), não bastando que o processo produza decisões intrinsecamente justas e bem-postas, mas tardias ou não traduzidas em resultados práticos desejáveis; nem sendo desejável uma tutela jurisdicional efetiva e rápida, quando injusta (Dinamarco,2005, p.133).

Atualmente, a mediação se destaca como o principal método para resolver disputas, tanto dentro quanto fora do sistema judiciário. A mediação apresenta variações conforme o estágio do processo que está sendo tratado; no entanto, mantém-se como um procedimento autônomo e não ritualístico, que, mesmo ocorrendo em um ponto do processo como parte de uma sequência de ações, não influencia nem é

influenciado por outros atos do procedimento. Na fase de execução, a mediação pode ocorrer seguindo as mesmas diretrizes.

A sugestão de mediação pode não estar vinculada à petição inicial, uma vez que a mediação se considera independente. Os métodos usados para sua realização não são relacionados ao contraditório, que é um processo conduzido de forma contraditória, nem a qualquer tipo de procedimento ritual. A mediação envolve uma análise da conveniência para as partes e a equidade do juiz. As partes não participam na elaboração da decisão final que é imposta pelo juiz, mas criam por conta própria, com ou sem influência de argumentações, sejam persuasivas ou não, de juízes ou de terceiros, um acordo que gera, assim como qualquer outro ato jurídico-processual, consequências no processo.

A mediação é um mecanismo valioso por exigir um conhecimento profundo do direito material, mesmo que não esteja voltada para a criação ou administração desse direito, mas sim para a resolução da sua aplicação. Essa interseção torna essencial entender o que pode ser objeto de mediação.

Assim como na arbitragem, o foco da mediação geralmente reside em direitos disponíveis, especificamente os direitos patrimoniais das partes. Um aspecto que frequentemente se inclui na mediação judicial, mas que normalmente não é reconhecido, é o direito de ação. As partes abdicam do direito de ação para alcançar um

acordo. Elas abrem mão de buscar a jurisdição para solucionar aquele conflito.

CONCLUSÃO

A análise permitiu constatar que a mediação e a conciliação são instrumentos indispensáveis para a efetividade do acesso à justiça no âmbito dos Juizados Especiais. Ainda que não substituam o direito de acesso ao Judiciário, tais mecanismos permitem maior celeridade, reduzem a litigiosidade e promovem soluções mais adequadas aos interesses das partes.

A jurisprudência tem reforçado a importância da conciliação e da mediação como instrumentos de acesso à justiça, reconhecendo que a conciliação é meio legítimo e incentivado de solução de conflitos, destacando que a homologação de acordos deve observar a boa-fé.

Em termos de boas práticas, destaca-se a Semana Nacional da Conciliação. Em 2022, foram celebrados mais de 240 mil acordos em todo o país (CNJ, 2022). Entretanto, para que cumpram seu papel, é fundamental investir na capacitação de mediadores e conciliadores, estruturar adequadamente os CEJUSCs, e desenvolver políticas públicas de incentivo à cultura do diálogo.

Para consolidar a conciliação como eixo central dos Juizados Especiais, algumas medidas são recomendadas: capacitação de conciliadores, aprimoramento dos CEJUSCs,

mudança cultural e monitoramento qualitativo.

Assim, confirma-se a hipótese de que a conciliação contribui para a efetividade do sistema, mas apenas quando associada a garantias de isonomia e proteção das partes em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Diário Oficial da União, Brasília, 1995.

BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010.

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF). Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL/STF): manual / Supremo Tribunal Federal. – Brasília: STF, Secretaria Geral da Presidência, 2025. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/cmc/ano/Manual_Nusol_0608.pdf. Acesso em 01 set. 2025.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Justiça em Números 2025. Brasília: CNJ, 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Semana Nacional da Conciliação 2022. Brasília: CNJ, 2022.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Malheiros, 2005.

FERRAZ, Leslie. Acesso à Justiça: uma análise dos Juizados Especiais Cíveis no Brasil – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FREGAPANI, Guilherme Silva Barbosa. Formas alternativas de solução de conflitos a lei dos juizados especiais cíveis. 1997. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/Pdf/pdf_133/r133-11.PDF>. Acesso em: 01 set. 2025.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Juizados Especiais Cíveis e Criminais. São Paulo: RT, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE Kazuo e LAGRASTA NETO, Caetano. Mediação e gerenciamento do processo. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPEZ, Ilza de Fátima Wagner, MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania – Volume 1 – nº 1 – 2010, p. 4-5.

SADEK, Maria Tereza. Acesso à Justiça e Juizados Especiais. ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 2001.

TAVARES, Fernando Horta. Mediação & conciliação. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/d/2vice/cartilha-orientativa-cejusc-s-pdf> . Acesso em 01 set. 2025.

WATANABE, Kazuo. Acesso à ordem jurídica justa. São Paulo: RT, 2013.